

HABEAS CORPUS Nº 515.551 - SC (2019/0168505-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO CORREA GONCALVES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em nome de **Fernando Correa Gonçalves** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina na Revisão Criminal n. 4001370-39.2019.8.24.0000 nos termos desta ementa (fl. 163):

REVISÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP) POR DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DISPOSTA DA LEI N. 11.340/06. REVISÃO FUNDADA NO ART. 621, I, DO CPP. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE. FATO OCORRIDO ANTES DA EDIÇÃO DA LEI N. 13.641/18 QUE CRIOU TIPO PENAL ESPECÍFICO PARA A CONDUTA MENCIONADA. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO, NA ÉPOCA DOS FATOS, PELA TIPICIDADE DA CONDUTA. ENTENDIMENTO ATUAL CONTRÁRIO QUE NÃO AUTORIZA AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. QUESTÃO QUE, ALIÁS, AINDA NÃO ESTÁ PACIFICADA NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REVISÃO CRIMINAL NÃO CONHECIDA.

Alega-se, em síntese, que, ao tempo dos fatos, anteriores à Lei n. 13.641/2018, o mero descumprimento de medida protetiva era fato atípico.

Sustenta-se que é inviável o enquadramento da conduta no delito de desobediência.

Requer-se a concessão liminar da ordem para absolver o paciente do crime pelo qual foi condenado no Processo n. 0003580-08.2016.8.24.0075.

É o relatório.

A questão suscitada, ante o caráter satisfativo, demanda um exame mais aprofundado dos autos, o que é inviável neste juízo de cognição preliminar. Ademais,

aparentemente, aplicável a Súmula 695/STF.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Solicitem-se, ainda, informações ao Juízo da execução da comarca de Tubarão/SC sobre a situação do paciente em relação à execução da pena imposta no Processo n. 0003580-08.2016.8.24.0075, esclarecendo se está extinta a punibilidade.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator